

Os “segredos” socioculturais por detrás dos nomes da etnia bakongo: a língua e a cultura em debate

Manuel Paulo Bengui

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2924-7421>
manuelbengui95@gmail.com

Alexandre António Timbane

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2061-9391>
alextimbana@gmail.com

Considerações iniciais

Todas as sociedades possuem práticas tradicionais próprias que participam na construção da identidade. A língua e a cultura têm sido elementos entrelaçados e despertam interesse a muitos pesquisadores desde antropólogos, historiadores, sociólogos, psicólogos até linguistas. Nos tempos atuais temos presenciado acontecimentos sociais que

nos fazem crer que a modernidade está, de certo modo, apagando alguns aspectos culturais e tradicionais do povo Bakongo especialmente nas áreas urbanas onde se concentra cerca de meio milhão de Bakongo (PEREIRA, 2013). É evidente que nas últimas décadas, já não é comum falar a língua kikongo nas grandes cidades pelos próprios Bakongo.

O fenômeno da aculturação¹ iniciou com a chegada dos colonizadores holandeses e portugueses que introduziram o conceito ‘civilização’ trazendo a ideia de que o povo angolano precisa de uma ‘civilização’ para que se transforme em humanos, como se os angolanos não tivessem nenhuma forma de civilização. Todos os grupos étnicos possuem uma civilização própria que caracteriza o seu grupo. Uma vez que, para os portugueses, a civilização corresponde a ‘imitação’ dos modos de ser e de estar de europeus, passaram a obrigar que todo angolano tivesse uma ‘assimilação’² da cultura europeia. Os centros urbanos eram os grandes centros de aculturação mental e cultural.

Para além disso, os colonos obrigaram o uso do português, proibindo o uso das diversas línguas africanas faladas pela maioria dos an-

1. A aculturação seria uma forma de transformação cultural promovida por fatores externos (contato entre padrões culturais diversos) oposta daquele processo permanente que ocorre no interior da própria cultura, isto é, dentro da própria sociedade ao longo da história (RIBEIRO e PAWLAS, 2013). Para Barreto, é “o conjunto dos fenômenos resultantes da circunstância de certos grupos de indivíduos, de culturas diferentes, entrarem em contacto contínuo e directo com as subseqüentes mudanças nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos.” (BARRETO, s.d., p. 480-481).

2. O assimilado era aquele nativo africano que pelo contacto directo com o europeu, quer através da escola ou através do trabalho, adoptava os hábitos dos europeus, enquanto o indígena era aquele que o europeu considerava como tendo uma cultura inferior e a quem era preciso dar ajuda para alcançar a cultura superior. Para o sistema colonial, a educação escolar representava o meio eficaz para o nativo alcançar o estatuto de assimilado. Através da instrução escolar e da assimilação dos valores europeus, o indígena podia tornar-se um assimilado. Mas o indígena nunca teria o mesmo estatuto do europeu (TANGA, 2012, p. 7).

golanos. Se a língua é um meio de expressão da cultura, então com a obrigatoriedade do uso do português ficaram perdidos diversos traços culturais que normalmente são expressos pela língua local. Importa de igual modo realçar que a língua de um determinado grupo ou povo é vista como o principal veículo de identidade cultural.

Segundo Couto (2007), o ecossistema fundamental de língua corresponde à união de três fatores: língua, território e população. A ausência de um destes elementos implica um bloqueio. O ecossistema linguístico local (comunidade de fala) se dá a partir da ecologia comunicativa constituída por qualquer agrupamento de “pessoas que convivam de modo duradouro em determinado espaço e que interajam ente si, tanto que se fala também em comunidade de interação e até a comunidade de comunicação.” (COUTO, COUTO & BORGES, 2015, p. 106).

Uma vez que a língua é uma construção social, é lógico que depende da sociedade para existir. A sociedade localiza-se em determinado espaço geográfico. A língua baniwa, por exemplo, é uma língua localizada geograficamente na América do Sul, especificamente nas regiões fronteiriças da Colômbia e Venezuela, mas também falada no Brasil (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos no Estado de Amazonas). Desta forma, a língua kikongo é falada pelo povo Bakongo localizado geograficamente no antigo reino kongo ao Norte de Angola (Cabinda, Uige e Zaire). O kikongo é também falado na República Democrática do Congo e em Congo Brazzaville (PEREIRA, 2013).

Para o aprofundamento do tema discutiremos os conceitos dos nomes e seus significados no contexto Bakongo. De fato, quanto ao nome, importa-nos salientar que é a denominação que se dá a uma pessoa, animal ou objeto para distingui-lo dos demais e atribuir-lhe

uma identidade. Portanto, um dos aspectos que também trataremos é com relação ao parentesco na aculturação moderna.

De acordo com Péliissier (2009), Angola situa-se na África Central Ocidental, ao Sul do equador. O território estende-se entre os 5 e 18 graus de latitude Sul, e entre os 12 e 24 graus de longitude a Leste Greenwich. A topografia de Angola pode ser dividida em três zonas principais, de Oeste para Leste, em direção ao interior. Primeiro, há uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 km no seu ponto mais largo, que abrange quase toda sua faixa longitudinal do país desde o extremo Norte, junto à foz do Rio Congo, até ao extremo Sul. Posteriormente, Pelissier (2009) encontrou uma faixa estreita de subplanalto que se eleva de 300 a 1.000m de altitude. A zona mais oriental, um verdadeiro planalto, eleva-se numa série de mesetas (pequenos planaltos) com uma atitude entre 1200 a 2100 metros aproximadamente.

Angola tem uma grande variedade de vegetação e relevo com um clima seco (que ocorre nos meses de maio a agosto) e clima chuvoso (que ocorre nos meses de outubro a abril). Este clima permite que haja uma vegetação única, com nomes de plantas e animais em línguas locais. Algumas regiões de Angola oriental e norte de Angola pertencem à grande bacia de drenagem do Congo, à África Central e à bacia hidrográfica do sistema Zambeze Congo. A região costeira e ocidental de Angola está voltada para o atlântico sul. Estas características geográfico-ambientais são importantes para compreender as relações entre a língua e o meio ambiente em que os falantes estão envolvidos. Essa ciência que estuda as relações entre a língua e meio ambiente em que a comunidade linguística está envolvida se chama ecolinguística (COUTO, 2007).

Os limites geográficos são diferentes dos limites políticos. Todos

limites dos países africanos são artificiais, foram ‘inventadas’ na Conferência de Berlim (1884/1885). Essa divisão bruta separou povos e línguas, separou culturas e tradições que ficaram separadas e isoladas por meio de um arame farpado criado pelos colonizadores europeus. O território angolano é demarcado ao Norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, ao Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Sendo que o país é extenso e é, portanto, composto por dezoito províncias, cuja a capital é Luanda.

Como se pode perceber, os nomes das províncias angolanas e as respectivas capitais estão ligadas as línguas e ao ambiente local. Timbane (2018) demonstra como o léxico do português emprestou muitas palavras de frutos, animais e muitas plantas que não ocorrem em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo. Boas (2005, p. 61) afirmou que “as condições ambientais podem estimular as atividades culturais, mas não têm força criativa [...] o mesmo meio ambiente irá influenciar a cultura de maneiras diversas, de acordo com os bens culturais dos povos.” Calvet (2016, p. 366) mostra que “a evolução interna das línguas pode ser considerada, segundo Darwin, como o produto de uma seleção natural, mas é, sobretudo nas relações entre elas que essa seleção se manifesta.” (CALVET, 2016, p. 366). O autor acrescenta que

As línguas pertencem àqueles que as falam, e só existem nas práticas de comunicação. Nesse sentido, é difícil de aproximá-las das espécies. O modelo gravitacional, assim como a análise do peso das línguas nos mostraram que seu futuro não depende de características internas, mas de fatores externos (CALVET, 2016, p. 369).

O nome não é apenas uma simples sequência de sons. É identidade, é cultura, é tradição e é uma marca e símbolo de comunicação com antepassados. A língua, sendo instrumento de comunicação, re-

vela traços culturais, em especial no nome. Que relação existiria entre o nome nas tradições Bakongo e a cultura? Este questionamento resulta da observação do fato de que atribuição do nome exige um ritual próprio que carrega elementos de identidade. Desta forma avançam-se três hipóteses: a) existe uma relação extrínseca entre o nome e a cultura dos povos Bakongo, porque o nome carrega identidade socio-cultural; b) sendo o nome um elemento fundamental nas tradições ele é dado por meio de um ritual que ocorre por meio de um ancião ou responsável legal da família c) A cultura está presente na língua e é através da língua que se atribui o significado do nome e a oração da atribuição do mesmo.

Todavia, o fundamento da estrutura social Bakongo é baseado no clã, que é o conjunto de matrinhagens, e é de fato uma característica que não se alterou na sua base, embora tenha sofrido certas mudanças ao longo dos tempos. O processo de atribuição do nome não é pacífico quando não é seguido de procedimentos legais aceites pela tradição. Se o nome for dado erradamente, há consequências atribuídas aos antepassados ou aos maus espíritos: a criança chora sem parar ou adocece incessantemente. A explicação desses fenômenos não é encontrada na ciência, mas sim na tradição cuja base é o culto aos antepassados.

A pesquisa visa demonstrar como a língua se liga à cultura do povo Bakongo por meio da atribuição dos nomes e os significados a ele atribuídos. Especificamente a pesquisa visa: analisar sociológica e culturalmente a língua do grupo em questão; identificar as características culturais dos Bakongo e, descrever as práticas tradicionais da atribuição do nome e sua relação com a cultura.

A escolha do tema surge da necessidade de compreender aspectos ligados ao nome nas tradições Bakongo, sendo membro pertencente à etnia local. É que as práticas culturais Bakongo assim como o uso

da língua kikongo foram proibidas no tempo colonial porque quem desejasse ser assimilado tinha que abandonar inteiramente os usos e costumes dos povos africanos, ser monogâmico, saber ler e escrever e falar em português (TIMBANE, 2018, p. 17). Nascemos e crescemos numa sociedade em que a mentalidade ainda continua sendo colonizada eurocentricamente. Esse comportamento relega as realidades africanas, camufla a riqueza cultural e eleva a cultura europeia. É tendência real o angolano valorizar a cultura europeia e renegar a sua própria identidade cultural. Foi a partir de reflexões sobre a realidade da etnia bakongo que pensamos pesquisar e discutir a presente temática como forma de contribuir para a preservação da cultura Bakongo e elevar a autoestima Bakongo que tende a desaparecer especialmente nos grandes centros urbanos.

Havendo poucas pesquisas sobre a temática, nas diversas áreas do saber (sociologia, antropologia, etc.), achamos interessante pesquisar sobre este assunto para que haja divulgação e disseminação da rica cultura dos povos Bakongo de Angola que infelizmente ainda é pouco conhecida pelo mundo afora. Desta forma, a pesquisa contribuirá bastante para o conhecimento e divulgação da cultura do referido grupo.

O artigo inicia apresentando o povo Bakongo, sua localização geográfica no espaço angolano, outras principais etnias angolanas, dando enfoque nas características peculiares do grupo Bakongo. Na segunda seção provocam-se debates acerca das relações entre a língua e a cultura introduzindo o termo *cultuliquística*. Esse termo é inexistente na literatura. Foi criado para acolher as discussões sobre as relações entre a língua e a cultura. Na terceira seção, o texto define o nome, apresenta a concepção ideológica, linguística e antropológica para os Bakongo e interpreta os significados que os nomes carregam na construção da identidade daquele povo. Por fim, o texto termina fazendo

considerações finais sem se preocupar em fechar as ideias, mas pelo contrário abrindo espaço para que pesquisas futuras possam avançar mais além.

Os bakongo de Angola: localização e características peculiares

Antes de descrever sobre o grupo em questão, é importante situar que a gramática das línguas bantu funciona com base nos prefixos. Por isso, o *Ba* no nome *Bakongo* é prefixo do plural e *kongo* é o nome da etnia. Portanto, *Ba+Kongo=Bakongo* que significa “os kongos” em português. Os Bakongo é um grupo étnico bantu que vive numa larga faixa ao longo da Costa Atlântica da África, desde o Sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire (M’banza Congo), Uíge, passando pela República do Congo, pelo enclave de Cabinda e pela República Democrática do Congo. Sendo que em Angola é considerado o terceiro maior grupo étnico, segundo Mamona (2016).

Os Bakongo, cuja a língua é o kikongo ocupavam o vale do rio Congo em meados do século XIII e formaram o reino do Kongo, que até a chegada dos portugueses, no final do século XV, era forte e unificado. Sua capital era M’banza Kongo e ficava na atual província angolana do Zaire, tal como ilustra o Mapa 1.

Os limites políticos são diferentes dos limites etnolinguísticos (DONEUX, 2003). Grande parte dos bakongo se localiza fora de Angola. As guerras (pela independência e pela democracia) incentivaram o deslocamento de muitos Bakongo para outros países e para as grandes cidades. Alguns Bakongo regressaram ao país, após a guerra, mas outros preferiam permanecer no estrangeiro. Segundo Pereira (2008) dos 13,5% que representavam os Bakongo em 1960 apenas re-

capital Luanda. E para outras cidades economicamente estáveis

Segundo Bauman (2005), a identidade é uma convenção socialmente necessária e que é usada com extremo desinteresse no intuito de moldar e dar substância a biografias pouco originais. A identidade cultural constitui um sentimento de pertencimento a um grupo que se manifesta por meio de adoção de características e comportamento. Um(a) jovem Bakongo, por exemplo, será diferenciado de um(a) jovem kuanyama ou ngaguela através de seu comportamento e práticas que se firmam na identidade dos Bakongo. Um(a) Bakongo carrega traços que o identificam e o tornam efetivamente Bakongo. Segundo Pereira (2008), a dupla herança do jovem Bakongo parece ser ao mesmo tempo um desafio para a manutenção dos aspectos que identificam a vida cultural kongo e, ao mesmo tempo, tem a potencialidade de repor a vitalidade desta mesma cultura, caracterizada pela capacidade de renovação e assimilação de características de outras culturas.

A cultulinguística: a língua e a cultura em debate

A língua é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 2006, p. 17). A língua é um instrumento de comunicação, sendo composta por um sistema linguístico que agrupa elementos da gramática, do léxico, da semântica e da fonética e fonologia. A língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades comunicativas. Quem molda a língua é a sociedade, através das convenções que ocorrem na sua maioria de forma arbitrária. Por isso, Saussure fala da

arbitrariedade do signo, que é composto por um conceito e uma imagem acústica. A escolha da sequência sonora ‘porta’, por exemplo, não se liga ao objeto. A individualidade não pode alterar a língua porque a língua pertence ao social. Todas as transformações linguísticas dependem de uma convenção social.

Os discípulos de Ferdinand de Saussure Charles Bally e Albert Sechehaye compreenderam a língua como um objeto abstrato ideal, uma vez que a língua é inalcançável fisicamente, mas a fala sendo um elemento individual é mais concreta. Vários linguistas têm tratado a língua como um objeto autônomo, social, homogêneo, sistemático, constante, duradoura, conservadora e virtual. A língua é depositada virtualmente no cérebro de cada um dos membros pertencentes à comunidade linguística. Faraco (2006) defende que as línguas estão envolvidas num complexo fluxo espaço/temporal de mutações, de substituições, de aparecimentos, de desaparecimentos, de conservação e de inovação.

Partindo de uma visão geral, a língua constitui um patrimônio cultural de todos os povos do mundo, não interessa o grau de escolaridade dos falantes nem das crenças e culturas. A língua kikongo é, portanto, tida como a língua oficial do antigo reino do Kongo (MUFWENE, 2009). O kikongo adaptou os caracteres latinos para a escrita criando o primeiro dicionário kikongo em 1648 da autoria Manuel Robredo.

Sabemos da política e do planejamento linguístico feito pelos angolanos no período pós-colonial que privilegiou o português deixando de lado as diversas línguas africanas. Aliás, as Constituições de 1975, 1992 e 2010 são a prova disso. O perigo de extinção das línguas angolanas já não é do sistema colonial. Os colonos saíram de Angola em 1975 e deixaram os destinos do país com os próprios angolanos. Se os angolanos não se preocupam em resgatar, preservar, ensinar, promo-

ver e descrever as suas línguas locais já não é culpa dos portugueses. A culpa é dos políticos angolanos que adoptam políticas linguísticas falhas.

Segundo a Constituição da República de Angola de 2010, no seu artigo 19º, “a língua oficial da República de Angola é o português”. Como também, o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas da comunicação internacional. Portanto, a segunda passagem deste artigo 19º é bem mais teórica do que prática. Porque nas escolas angolanas não se estuda em línguas angolanas.

O atendimento nos hospitais, nos serviços públicos, na justiça e na administração pública é feito apenas em português. Quem não sabe falar, ler e escrever em português fica automaticamente excluído da vida urbana. Essa situação de exclusão linguística que afeta o lado econômico e social se verifica no Brasil, em Moçambique e em vários outros países. Timbane e Rezende (2016) abordam que a língua portuguesa é usada como instrumento de opressão, de segregação e de humilhação social, política e econômica. O português oprime

quando um simples cidadão analfabeto é privado dos seus direitos devido ao fraco domínio da norma padrão. Por exemplo, para ser deputado é obrigatório que seja alfabetizado e que domine as quatro competências: expressão oral, comunicação oral, expressão escrita e comunicação escrita [...]. Passa a ser opressor porque provoca descontentamento dos cidadãos. Quem não sabe português não consegue fazer requerimento, não consegue preencher formulários, não consegue passar nos concursos públicos, não consegue fazer pedido, reclamações nem se defender na justiça em português (TIMBANE & REZENDE, 2016, p. 402).

Voltando para a língua kikongo, é necessário considerar que uma língua só se torna mais visível quando a política linguística atribui um estatuto privilegiado. A oficialidade das línguas africanas traria

uma visibilidade e daria o prestígio que hoje não existe com relação aos falantes de línguas de origem africana. Portanto, a forma como é hoje escrito o kikongo tem sido uma preocupação para os intelectuais Bakongo. Atualmente não há padronização ortográfica de kikongo, com uma variedade de uso na escrita, principalmente jornais, panfletos e em publicidades diversas. O fator linguístico (comentado e discutido na mídia angolana) tem sido muito pouco tratado em políticas públicas de promoção, ensino e pesquisa de línguas. Segundo Bagno, (2003, p. 110-112), “toda língua muda com o tempo”, portanto, a língua kikongo como uma outra qualquer língua viva, sofreu alterações ou mudanças ao decorrer do tempo, mudanças essas que podem ser percebidas tanto na escrita quanto na oralidade. As mudanças da língua ocorrem pela dinâmica social e pelas influências da cultura e os falantes percebem a existência de mudanças ou variações (FARACO, 2006).

Sendo a língua uma construção social, é difícil estudá-la fora do seu contexto social. Isso acontece porque vários traços culturais são interpretados dentro da língua. Segundo Câmara Jr. (1955, p. 54) “a língua, em face do resto da cultura, é o resultado dessa cultura, ou sua sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir.” Desta forma Câmara Jr aponta que

- 1) a língua é parte da cultura; 2) É, porém, parte autônoma, que se opõe ao resto da cultura; 3) Explica-se até certo ponto pela cultura e até certo ponto explica a cultura; 4) Tem não obstante uma individualidade própria, que deve ser estudada em si; 5) Apresenta um progresso que é o seu reajustamento incessante com a cultura; 6) É uma estrutura cultural modelo, que nos permite ver a estrutura menos nítida, imanente em outros aspectos da cultura (CÂMARA JR, 1955, p. 58-59).

Por essa razão a cultura deve ser analisada a partir do ponto de

vista sincrônico. De acordo com Malinowski, citado por, Goldenberg (2004), cada cultura tem como função a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos que a compõem, criando instituições capazes de responder a estas necessidades. Segundo, Cotrim (2006, p. 17) “a cultura pode ser considerada um amplo conjunto de conceitos símbolos, valores e atitudes que modela uma sociedade.” Cada cultura é dotada de um ‘estilo’ particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira (CUCHE, 1999, p. 45).

Por essa razão, não existe uma cultura superior a outra porque todas as culturas representam as identidades dos seus respectivos povos ou etnias. Há no mundo atual uma tentativa de globalizar a cultura. A globalização, ao nosso ver, torna o mundo desinteressante, porque a aculturação elimina das diferenças. A forma como compreendemos e interpretamos o mundo depende da forma como enxergamos o mundo. Por exemplo, a lexicultura é um exemplo prático de como a léxico e a cultura se entrelaçam. Entendamos por lexicultura, “o conjunto de itens lexicais que caracterizam e especificam uma determinada comunidade linguística.” (TIMBANE, 2014, p. 46). A lexicultura pode ser geral quando constitui léxico de uma comunidade de fala como todo e pode ser específica quando caracterizam uma variedade ou variante específica.

A seguir apresentaremos alguns exemplos extraídos do “Dicionário kikongo” (DEREAU, 1957) que mostram a relação entre a palavra e a cultura em que os falantes estão inseridos: a) *bulasana-bulasane*: bater-se mutuamente; b) *bumpumbulu*: maldade enviada a alguém; c) *n’situ*: lugar da floresta onde se fazem os ritos da cultura; d) *yukusu-yukusulu*: estarem habituados um do outro.

Essas unidades lexicais são intraduzíveis em português, que é uma

l3ngua europeia que carrega outras culturas. 3 um esfor3o grande para encontrar o equivalente destas palavras em portugu3s, porque elas abordam uma realidade socioculturalmente encontrada na cultura Bakongo. No entanto, a cultura, 3 um tema de impacto bastante relevante, pois 3 um assunto que desperta interesse de muitos fazedores de opini3o, pesquisadores, e muitos outros, 3 um conte3do que n3o possui uma defini33o concreta e, portanto, pode ser definida de v3rias maneiras. Sendo assim questiona-se o sentido do termo cultura. Para responder a essa indaga33o, Cotrim, (2006, 17) usou o termo ‘cultura’ em perspectivas distintas.

Os bi3logos, por exemplo, referem-se 3 cria33o de certos animais falando em cultura de germes, cultura de carpas etc. Na linguagem cotidiana, dizemos que uma pessoa tem cultura quando frequentou boas escolas, leu bons livros, adquiriu conhecimentos cient3ficos etc. Na Gr3cia Antiga o termo cultura adquiriu uma significa33o toda especial, ligada 3 forma33o individual do cidad3o, ou a cultura numa abordagem mais filos3fica, a resposta oferecida pelos grupos humanos ao desafio da exist3ncia. Empregada por antrop3logos, historiadores e soci3logos, cultura designa o conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma gera33o para outra, entre os membros de uma sociedade. Ela abrange conhecimentos, cren3as, arte normas, costumes e muitos outros elementos adquiridos socialmente pelos homens. (COTRIM, 2006, p. 17).

A cultura pode ser considerada um amplo conjunto de conceitos, s3mbolos, valores e atitudes que modelam uma sociedade. Neste sentido, todas as sociedades humanas, da pr3-hist3ria aos dias atuais, possuem uma cultura. A cultura 3 duradoura embora os indiv3duos que comp3em um determinado grupo desapare3am. No entanto, a cultura tamb3m se modifica conforme mudam as normas e entendimentos. Para o antrop3logo L3vi-Strauss, “as culturas humanas diferem entre si, se essas diferen3as se anulam ou se contradizem, ou se concorrem

para formar um conjunto harmonioso, é preciso primeiramente tentar esboçar seu inventário” (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 330).

Pode-se afirmar que a cultura vive nas mentes dos membros da comunidade. Ela é aprendida de forma abstrata e comanda as formas de ser e de estar em sociedade. Mas as pessoas não nascem com ela; adquirem-na à medida que crescem. Suponha que um bebê húngaro recém-nascido seja adotado por uma por uma família residente nos Estados Unidos da América, e que nunca digam a essa criança que ela é húngara. Ela crescerá tão alheia à cultura húngara e viverá e se comportará como qualquer outro americano (COTRIM, 2006).

O nome e os seus significados nos povos

Bakongo: análises

O nome próprio é uma sequência sonora que identifica um indivíduo. Serve para diferenciar pessoas embora não sendo o único elemento da diferenciação. As características físicas também diferenciam os indivíduos. Segundo Guérios (apud CARVALHINHOS, 2007) há quatro causas da atribuição do nome: (i) influencias históricas, políticas e religiosas; (ii) circunstâncias, lugar e tempo de nascimento: particularidades físicas ou qualidades morais; (iii) nomes relativos a profissões; (iv) nomes curiosos ou excêntricos. As principais categorias antroponímias dos nomes próprios humanos são: a) nome próprio (ou individual); b) nome completo (que envolve relações de parentesco, aquele que é exigido na oficialidade e é registrado nos documentos oficiais) e c) alcunha ou apelido ou apodo (nomes informais, geralmente atribuído por amigos, familiares, etc.).

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico porque se baseia na leitura e discussão dos diversos teóricos que debatem o assunto. Para

além disso, trouxemos experiência real pelo fato de sermos membros da comunidade Bakongo, buscando exemplos mais comuns na tradição Bakongo. Uma vez que os povos Bakongo são de tradição oral, muitos registros sobre aspectos daquela cultura ainda não foram publicados. Nesta pesquisa contamos com consulta aos pais e anciãos Bakongo para compreender os significados que os nomes carregam, assim como a interpretação dada. Esta é uma contribuição para a divulgação da cultura daquele povo pelo mundo afora.

O ser humano tende a atribuir nome a tudo e a todos que o rodeiam como forma de identificá-los e de não confundir com outros. Segundo Timbane e Coelho (2018, p. 229) a Bíblia Sagrada “quando fala sobre a criação do mundo diz que foi atribuída ao Adão, a tarefa de dar nomes à todas as coisas (seres animados e inanimados). Até aos dias de hoje, o ser humano precisa do nome para ser identificado.” O significado do nome na cultura Bakongo, possui uma relevância enorme, pois nessa cultura Bakongo não se atribui nome de qualquer maneira, sem que esteja alinhado à tradição. Todo nome carrega significados e realidades conectadas às tradições. Segundo Pereira (2008), a criança pode receber vários nomes e assumindo outros ao longo de sua vida, porém, o primeiro nome, em kikongo é o mais importante.

Na cultura Bakongo, o primeiro nome é o princípio de um provérbio que faz referência às condições de nascimento, como por exemplo: *Lufankenda* nome de uma menina que significa “sentem pena”, proveniente de *kenda*=pena e *lufwa*=sentem. Outro exemplo é do nome *Vavakala* que significa “esteve aqui”, sendo *vavá* =aqui; *kala*=esteve. O nome é formado a partir de classes de palavras, especificamente substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para formar uma única unidade. O objetivo da formação do nome a partir de elementos dessas classes de palavras visa descrever e marcar as condições em que a cri-

ança foi nascida. Esse fenômeno não se verifica nos nomes de origem europeia.

O segundo nome atribuído nos Bakongo homenageia alguém importante, um benfeitor, padrinho, padre, pastor ou é o nome de um avô, avó ou parente do pai. Essa atribuição do nome não pode ser feita por qualquer membro da família, mas sim tem de ser alguém qualificada socioculturalmente. Para que o nome vinque é necessário que haja uma cerimônia para informar aos antepassados. Na cultura dos povos Bakongo, o(a) finado(a) não desaparece. Ele/ela continua na vida dos vivos influenciando-os no cotidiano. Os curandeiros têm o poder de estabelecer a comunicação entre os vivos e mortos.

No séc. XXI, as famílias Bakongo (especialmente os que moram nas zonas urbanas e suburbanas das grandes cidades angolanas) abandonaram a tradição e atribuem nomes europeus para que os filhos não sejam excluídos na sociedade urbana. Essa perda de identidade é perigosa se queremos uma sociedade com identidade própria e com características próprias. Alguns pais escolhem um nome público ou mais oficial, certas vezes, quando o indivíduo se torna adulto. Desta feita, o sujeito pode ainda adotar um terceiro nome, não raro em função de conversão religiosa, ou por circunstâncias de sua vida. Os pais não são os únicos a dar nome ao filho. No fim dos ritos de circuncisão nas cerimônias de iniciação alguns anciões atribuem novo nome ao adolescente ou jovem.

Todavia, alguns destes nomes que indicam a ordem dos iniciados numa classe de idade continuam a existir, tais como *Mbala*, *Kiala*, *Lukoki*. Contudo, a nomeação feita ao final dos ritos de iniciação pode ter se deslocado para o batismo cristão, mantendo o costume da nomeação em momentos diferentes e marcantes da vida. Sendo assim, uma moça que recebe o nome da avó, além de ser chamada

pela família de ‘avozinha’, pode ser chamada também pelas irmãs da avó de ‘irmã’, pelos filhos classificatórios desta avó de ‘mãe’ ou ‘mãezinha’ e assim sucessivamente. A mesma forma de tratamento pode ser dispensada aos ‘xarás’, independentemente da posição que ocupem na hierarquia familiar. O xará recebe o mesmo respeito que o dono do nome, mesmo quando ainda é criança ou adolescente.

Por outro lado, fora do contexto Bakongo, Cabral (2007, p. 21) descreve que os nomes, para além de classificar socialmente as pessoas, agem ativamente sobre a situação em que os sujeitos se encontram e as formas de vida que levam. Desta feita, os nomes congelam toda uma série de identificações e diferenciações ocorridas no passado. Ao puxarem as pessoas e narrativas, os nomes de pessoas atuam não só sobre as pessoas que os transportam, mais também sobre todos nós que com eles nos cruzamos.

Vejamos alguns nomes Bakongo. Colocamos o significado que cada nome tem:

Bengui: alguém que a família tem como defensor

Kiala: homem corajoso

Makudivavila: o que procuraste

Matondo: agradecimento

Kialunda: o que está guardado

Mayamona: o que vi, o que vivi, o que me aconteceu.

Makubu: aquele que tem fama

Mbiavanga: o mal que fizeram

Makuntima: o que está no coração

Salakiaku: trabalha o que é seu

Talakaka: observa só

Xilulu: promessa feita

Xangango: acautela-te ou fica esperto neste mundo

Nzambi Tata: Deus Pai

Ngonbu: aquele que adivinha

Lomba: aquele que veio por meio de um pedido

Sita: estéril, alguém que não concebe

Nioca: cobra

Como se pode observar esses nomes são intraduzíveis em português. O ato de nomear, segundo Cabral (2007), é um dos primeiros momentos de inserção da pessoa numa categoria social de gênero. A inserção do nome feminino ou masculino na menina ou no menino que nasce é a incorporação de uma marca de diferenciação social de gênero que investe de significado a pessoa nomeada, iniciando um longo e complexo processo de feminização ou masculinização que se prolonga no tempo. A atribuição do nome é feita uma semana após o nascimento da criança. É proibido atribuir nome antes do nascimento. Mesmo que os pais tenham a ideia do nome que pretendem atribuir não podem anunciar a ninguém até que a criança nasça. Há um tabu segundo o qual, o anúncio antecipado do nome do feto atrai feiticeiros que podem fazer mal à gestante e de repente nascer um animal que não seja humano.

Considerações finais

O nome Angola se formou a partir de duas palavras da língua kimbundu: da junção de *A'na* que significa *filhos* e *ngola* é o nome do *reino ngola*. O nome foi dado em homenagem ao Rei Ngola Kilwangy Kya Samba. Os nomes fazem parte do cotidiano. Segundo Alves (2017) a atribuição do nome tem a função de particularizar a coisa, objeto ou ser. Em muitos momentos a atribuição segue regras e nos nomes de pessoas é mais minucioso. A cultura entra em jogo nesse

processo. A preserva33o da cultura Bakongo 3 percebida em v3rias vertentes na sociedade angolana, nelas se destaca a forma como s3o resolvidos os problemas de car3ter tradicional, como 3 o caso do *alambamento* (dote). A l3ngua oficial da cerim3nia do *alambamento* 3 uma das l3guas africanas no ambiente rural e portugu3s na 3rea urbana.

Existe uma vontade de controle por parte dos mais velhos sobre as novas gera33es, porque a sociedade confiou a eles a miss3o de transmitir valores 3s novas gera33es, esses jovens ser3o adultos no futuro e assumir3o responsabilidades no seio familiar ou no grupo social. Ou seja, a m3dio prazo, as escolhas culturais feitas pelos jovens em determinado contexto podem encontrar posteriormente um espa3o de legitima33o, de acordo com os novos pap3is que estes assumem no 3mbito familiar ou grupal e do status que passam a conquistar.

O nome atribu3do por ocasi3o do nascimento 3 escolhido de acordo com as circunst3ncias do parto. Quando falamos das circunst3ncias nos referimos 3s condi33es clim3ticas, do estado do tempo, da sa3de da m3e, das condi33es econ3micas da fam3lia, da visita de algu3m especial, da morte de algu3m mais importante na fam3lia entre outras circunst3ncias nas quais a crian3a nasce.

Desta forma, descrever uma l3ngua de um grupo 3tnico 3 bastante complexo, pois 3 por interm3dio da descri33o da l3ngua que se pode conhecer a cultura desse povo. Por exemplo: em kikongo ‘bom dia’ se diz: *Lux3kamene kiambote*, ‘boa tarde’ se diz: *Lunanguini kiambote* e ‘boa noite’ se diz: *luleka kiambote*. Na tradi33o bakongo, a sauda33o n3o envolve o adjetivo ‘bom’, tal como acontece nas l3guas europeias: *bonjour*, *good morning*, *buenos dias*, etc. No entanto, quando falamos de l3ngua podemos englobar tamb3m a cultura (cultolingu3stica), pois ambos s3o conceitos diferentes, mas que se interligam entre si, ou seja, a no33o de l3ngua n3o pode ser compreendida

separadamente da cultura e vice-versa. Como se pode observar, a língua representa culturalmente um determinado povo. Tanto a cultura quanto a língua são construções sociais, pertencem ao social e só existem enquanto existir um grupo social. Tanto a cultura quanto a língua são identidade do grupo socioculturalmente organizado e é na base delas que diferenciamos ou caracterizamos o indivíduo.

Cada palavra da língua kikongo carrega traços socioculturais inexistentes em outras línguas. Isso torna a língua um patrimônio imaterial de humanidade. Muitas línguas angolanas estão em vias de extinção devido a políticas linguísticas malsucedidas desde ao alcance da independência em 1975. Uma vez que o português é a única língua oficial, isto faz com que as outras línguas africanas sejam desprezadas e conseqüentemente não ensinadas nas escolas. Se o kikongo fosse a segunda língua oficial e de ensino nas regiões dos povos Bakongo, estaria mais revitalizada e o número de falantes estaria aumentando. A obra de Ki-Zerbo (2006) mostra que se a educação em África fosse em línguas locais, os índices de aprovação seriam maiores, haveria autoestima dos falantes dessas línguas. O autor afirma que o problema das línguas é fundamental, porque diz respeito à identidade dos povos. E a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto para a democracia. As línguas dizem respeito à cultura, aos problemas da nação, à capacidade de imaginar, à criatividade quando falamos numa língua que não é originalmente a nossa, exprimo-nos de forma mecânica e mimética, salvo exceções (KI-ZERBO, 2006).

Segundo Ki-Zerbo, se as línguas angolanas fossem instrumentos de ensino estariam revitalizadas, seriam importantes e teriam o mesmo valor simbólico que português têm. Ki-Zerbo (2006) é cauteloso ao discutir que é impensável e impossível rejeitar as línguas europeias impostas pelo colonizador, porque elas servem de comu-

nicação com outros povos e com o mundo internacional. Valorizar línguas de contato internacional não significa desprezar a sua própria língua. Os povos africanos são por natureza povos de tradição oral, o que significa que a transmissão dos conhecimentos é feita pela oralidade de geração em geração, partindo dos mais velhos (anciões, idosos, conselheiros) para os mais novos. A importância do mais velho é relevante nas tradições Bakongo porque são eles os detentores de conhecimentos que permitem a continuação do saber das gerações.

Concluimos reafirmando que os nomes nas tradições Bakongo carregam segredos da cultura, dos traços tradicionais daquele povo. A perda desses traços é resultado da aculturação que se verifica nas últimas décadas. Muitos Bakongo saíram das suas zonas de origem para as grandes cidades e já não seguem as tradições. A modernidade é um grande desafio para cultura e povos africanos. A língua kikongo também é menos falada nas zonas urbanas e mesmo os Bakongo que moram na área rural tendem a aprender a língua oficial, o português.

O ‘elemento nome’ nas tradições bantu ou khoisan precisa de estudos mais aprofundados, porque o efeito da sua criação se distancia de tudo o que se vê nas diversas línguas europeias. Os nomes de países também carregam esse elemento cultural. Por exemplo: Namíbia (vem de línguas koi-san e significa ‘lugar onde não há nada’; o nome Sudão vem do árabe *bilad as-sudan* que significa ‘terra dos negros’; O nome Moçambique provem do nome de um sheik árabe Mussá Ben Mbiki; Madagascar provem da língua malgaxe ‘madagasikara’ que significa ‘fim da terra’. Que fique clara a ideia de que o nome do país foi uma ideia colonialista europeia. Para os africanos não interessava o país, mas sim a etnia. O país é a etnia (o membros e o espaço geográfico ocupado). A estrutura social e política se organizava em etnia e os lugares eram conhecidos pelos nomes de líderes desses grupos

populacionais.

Quem atribuiu os nomes dos países africanos foram os europeus na Conferência de Berlim, na partilha de África em 1884/1885. A noção do nome do país (como Angola, por exemplo) não tem significado (nem faz sentido) para as tradições e origens dos povos, mas sim a etnia. A noção do nome do país é artificial e não possui uma identidade única.

Referências

ALVES, Maria José. *A formação de nomes comerciais nas cidades de Palmas (TO) e de Catalão (GO): questões de identidade linguística e cultural*. 2017. 134p. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade de Goiás, catalão 2017.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta, língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARRETO, Luís Filipe. *A aculturação portuguesa na expansão e o lusotropicalismo*. v. 9, p. 478-503. s.d.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Trad. Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL, João De Pina, VIEGAS, Susana de Matos (Org.). *Nomes: etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007.

CALVET, Louis-Jean. Fundamentos de uma ecologia das línguas. In: COUTO, Hildo Honório do et al. (Org.). *O paradigma ecológico pasta as ciências da linguagem: ensaios eco linguísticos clássicos e contemporâneos*. v. 2. Goiânia: Ed. UFG, 2016. p. 351-372.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. Língua e cultura. *Letras*. v. 4, p. 51-59, 1955. Disponível em: revistas.ufpr.br. Acesso em: 21 abr. 2019.

CARMO, Gabriel Egídio do. *Blog Geografia*. Viçosa: UFV, 2014. Disponível em: suburbanodigital.blogspot.com. Acesso em: 27 fev. 2019.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de linguagem*. Ano 1, nº1, s.p., 1ºsem. 2007.

COTRIM Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. São Paulo: Eneida C. da Silva Gordo, 2006.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko N. N.; BORGES, Lorena Araujo de O. *Análise do discurso ecológica*. Campinas, SP: Pontes, 2015.

CUCHE, Dennys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DEREAU, Léon. *Lexique kikongo-français & français-kikongo*. Namur: Maison d'Éditions Ad. Wesmael-Charlier (S.A.), 1957.

DONEUX, Jean Léonce. *Histoire de linguistique africaine des précurseurs aux années 70*. Paris : PUP, 2003.

FARACO, Alberto, Carlos. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural II*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MAMONA, Patrício. *Escrita do Kikongo*, 2016. Disponível em: www.kiakongo.com. Acesso em: 17 dez. 2018.

MUFWENE, Salikoko S. *Kituba, kileta, or kikongo? What's in a name?* Le nom des langues III. Le nom des langues en Afrique sub-saharienne : pratiques dénominations, catégorisations. Naming Languages in Sub-Saharan Africa: Practices, Names, Categorisations (sous la direction de C. de Féral), Louvain-la-Neuve, Peeters, BCILL 124, 2009, p. 211-222.

PÉLISSIER, René Douglas Wheeler. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da

China, 2009.

PEREIRA, Luena Nunes. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*, São Paulo: Serviço de Comunicação Social, 2008.

PEREIRA, Luena Nunes. Religião e parentesco entre os bakongo de Luanda. *Afro-Ásia*, v. 47, p. 11-41, 2013.

RIBEIRO, Maria Josélia; PAWLAS, Nilsa de Oliveira. Causas e consequências da aculturação dos povos guarani na aldeia pinhal de espigão alto do Iguazu (PR). *Cadernos PDE*. v. 1. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Rio de Janeiro: Cultrix, 2006.

TANGA, Lino. *O ensino indígena em Angola e o papel dos missionários*. 2012. 70p. (Dissertação). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa: Lisboa, 2012.

TIMBANE, Alexandre António. Analisando o léxico nas variedades do português: contornos da cultura moçambicana na língua portuguesa. In: PARRERA ALMEIDA, Fabiola A. Sartin Dutra; DUARTE XAVIER, Vanessa Regina (Org.). *Diálogos e perspectivas nos estudos do léxico e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018. p. 15-44.

TIMBANE, Alexandre António; COELHO, Dayanny Marins. A expansão lexical em produtos alimentícios industrializados no português brasileiro. *Confluências*. n° 54, p. 222-243, Rio de Janeiro, 1º sem. de 2018.

TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*. v. 10, n. 3, 28. ed., p. 388-408. 2016.

TIMBANE, Alexandre António. A lexicultura no português de Moçambique. *Linguagem: estudos e pesquisas*. v. 18, n. 2, p. 43-59, jul. /dez. 2014.

TRIPLOV.COM.ORG. *Mapa Etnolinguístico de Angola*. s.d. Disponível em: www.triplov.com. Acesso em 28 fev. 2019.

Resumo:

Há sociedades em que o fenômeno linguístico ‘nome’ recebe um grande respeito. Isso acontece porque a atribuição do nome é cultural e surge da necessidade socioantropológica do ser humano. Atribuímos nomes a seres animados e inanimados, visíveis e invisíveis a todo momento (TIMBANE & COELHO, 2018). A cultulinguística estuda as relações entre a cultura e linguística de um povo ou grupo étnico. A presente pesquisa visa analisar e discutir a atribuição do nome na cultura dos Bakongo de Angola. É uma pesquisa bibliográfica que, a partir da busca e coleta de informações dos pais, avós e anciões, buscou compreender os significados que o nome carrega. Após análise concluiu-se que o nome carrega elementos da cultura para além de transmitir uma identidade sociocultural Bakongo.

Palavras-chave: Nome; Cultura; kikongo; Bakongo; tradição.

Abstract:

There are societies in that the linguistic phenomenon ‘the name’ receives great respect. This is because attribution of the name is cultural and arises from the socio-anthropological need of the human being. We attribute names to animate and inanimate beings, visible and invisible at all times (TIMBANE & COELHO, 2018). Cultulinguistic studies the relations between culture and linguistics of a people or ethnic group. The present research aims at analyzing and discussing the attribution of the name in the culture of the Bakongo of Angola. It is a bibliographical research that the search for and collection of information from parents, grandparents and elders sought to understand the meanings that the name carries. After analysis it was concluded that the name carries elements of the culture in addition to transmitting a Bakong sociocultural identity.

Keywords: Name; Culture; kikongo; Bakongo; tradition.

Recebido para publicação em 21/04/2019.

Aceito em 04/10/2019.